

ANC

Silêncio e apatia nas galerias durante a votação



Fotos: Josemar Gonçalves

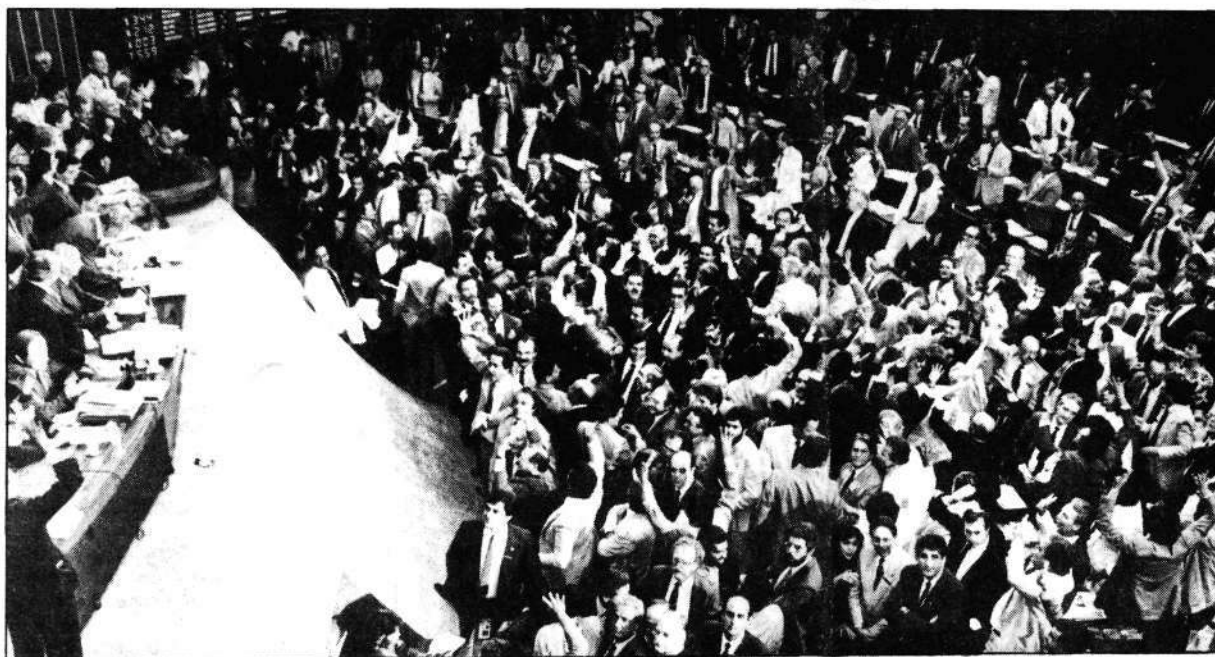
Cerca de 600 pessoas, entre elas membros do Governo e corpo diplomático, todas bem comportadas, assistiram às votações

Repercussões

Serra prevê mais fisiologismo

O deputado José Serra (PMDB-SP), parlamentarista e favorável ao mandato de quatro anos para o presidente Sarney, afirmou ontem, após a aprovação da emenda presidencialista, ter dúvidas quanto à possibilidade de o Governo conseguir "bancar o fisiologismo" até a votação da duração do mandato nas Disposições Transitórias. "Até lá — comentou — o fisiologismo vai aumentar ainda mais o seu preço".

Inicialmente, Serra se disse pouco otimista quanto à aprovação de mandato de 4 anos para Sarney, mas em seguida lembrou que a votação ocorre em duas ocasiões, já que, além da votação de ontem, estabelecendo a duração do mandato de 5 anos para os futuros governantes, ocorrerá outra para a fixação do mandato de Sarney, esta última nas disposições transitórias. Ele acha que os fisiológicos vão tornar seus votos "mais caros" para obter mais favores do Governo.



A presença, pela primeira vez, da totalidade dos parlamentares, gerou a tese do fisiologismo

Serra atribuiu a aprovação do presidencialismo ao "peso brutal do governo", que contou "com a contribuição do PDT e do PT". A decisão, segundo ele, significa que o parlamento abdicou do direito de participar, "de maneira responsável", da vida do País.

Sem desgaste

Para o vice-líder do PT, José Genoíno (SP), a possível aprovação de um mandato de cinco anos para Sarney, que pode ter sido facilitada com a aprovação do presidencialismo, não acarretará desgaste político para seu partido, que votou em peso a favor do sistema defendido pelo Palácio do Planalto.

"Sempre assumimos, inclusive em praça pública, uma posição presidencialista clara", reclamava ele, diante das colocações dos parlamentares de que PT e PDT acabaram votando em defesa do governo. Ele acha que, independentemente do resultado sobre sistema de governo, a disputa pela fixação do mandato ocorre "em condições de igualdade". Antes da votação de requerimento para decisão sobre mandato, Genoíno previa que a aprovação do presidencialismo iria "radicalizar" a disputa, o que, teoricamente, favoreceria o mandato de 4 anos. Depois da votação do requerimento, Genoíno acabou indo ao microfone para protestar contra o grande número de votos contrários, o que significava que muitos constituintes acabariam optando pelo mandato de cinco anos.

Abreu satisfeito com atual sistema

O ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, ficou satisfeito com a aprovação do sistema presidencialista de governo, mas não quis conceder entrevista à Imprensa. Através de sua Coordenadoria de Comunicação, o ministro afirmou que "a decisão soberana da Assembleia Nacional Constituinte é consentânea com as circunstâncias atuais e com as tradições republicanas no País".

A partir da decisão da Constituinte, a área econômica do Governo deverá acelerar as medidas a serem aplicadas nos próximos dias, voltadas principalmente para a redução do déficit público, que pelas estimativas iniciais deverá atingir 4,5% do Produto Interno Bruto (PIB). Para se chegar a este percentual, além do corte de subsídios e gastos de custeio, o Governo alega que terá que reduzir seus dispêndios com a folha de pagamento do funcionalismo público. Pelos novos cálculos desenvolvidos pela Secretaria do Tesouro do Ministério da Fazenda e pela Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) de Seplan, os gastos com pessoal serão 8,4% maiores que a receita disponível da União em 1988.

Quêrcia diz que o País saiu ganhando

São Paulo — O Brasil ganhou com a escolha do presidencialismo como sistema de governo e o presidente Sarney saiu fortalecido com essa decisão da Assembleia Nacional Constituinte, afirmou, ontem o governador Orestes Quêrcia no Palácio dos Bandeirantes. "Dentro do meu coração, dentro do meu sentimento político estou convencido de que o presidencialismo é o melhor para o País. Nós já tivemos uma experiência de adoção do parlamentarismo em momentos de crise e não deu certo", lembrou Quêrcia. O governador disse que a estabilidade política num momento de crise como o atravessado pelo País não pode ser ameaçada por experiências administrativas. "O povo brasileiro é presidencialista", Quêrcia defendeu a aprovação de um mandato de 5 anos para os presidentes da República e ressaltou que o mandato do presidente Sarney será discutido na votação das disposições transitórias da nova Constituição.

Arraes considera decisão acertada

Recife — O governador Miguel Arraes disse ontem que a Constituinte tomou uma decisão acertada, ao conservar o sistema presidencialista, porque esse sistema é da tradição brasileira, tem aceitação popular e representa o símbolo da unidade do País. Ele não crê que a vitória do presidencialismo favoreça o mandato de cinco anos para o presidente José Sarney porque muitos constituintes da oposição, sobretudo do PDT e do PT, votaram contra o parlamentarismo.

Arraes informou também que não recebeu qualquer apelo do presidente Sarney para trabalhar pelo presidencialismo, e acrescentou que ao se reunir com a bancada de Pernambuco, na semana passada, em Brasília, deixou que cada um votasse de acordo com sua consciência.

EMFA aplaude a opção do plenário

Presidencialista convicto, o ministro-chefe do Estado Maior das Forças Armadas, tenente-brigadeiro Paulo Roberto Camarinha, mostrou-se satisfeito com o resultado da votação de ontem na Assembleia Nacional Constituinte. "Eu não disse que o País estava amadurecido? Os congressistas revelaram uma posição patriótica, pois o presidencialismo é o melhor para o Brasil", vaticinou o ministro.

Paulo Camarinha lembrou que o sistema parlamentarista já não deu certo em 1961, tendo sido, inclusive, submetido posteriormente ao voto e a recusa popular. "Já estamos acostumados com o presidencialismo. Para que mudar então?", indagou, argumentando em seguida que depois de um ano o País acabaria chegando à conclusão que o parlamentarismo não daria certo.



Em ônibus fretados, os manifestantes vieram de São Paulo, Rondônia, Rio, Maranhão e Mato Grosso

Planalto organiza a manifestação

"Cinco anos para Sarney", em cinco anos dá pra fazer muito mais" e "deixe o presidente Sarney trabalhar" portando faixas e usando camisetas com estas palavras de ordem, cerca de 500 pessoas, moradores de favelas de Brasília e de vários outros estados, fizeram ontem em frente ao Palácio do Planalto uma manifestação de apoio ao presidente Sarney. A manifestação, no entanto não foi ideia dos próprios moradores. Foi organizada pela Confederação Nacional das Associações de Moradores, ligada à Secretaria Especial de Ação Comunitária (Seac),

do Gabinete Civil da Presidência da República. O grupo se organizou em frente ao Palácio do Planalto para esperar a chegada do Presidente e gritar palavras de ordem, mas logo em seguida foi levado pelos seus líderes comunitários para a rampa do Congresso Nacional, onde estava sendo votado o sistema de governo. Segundo fontes do Palácio do Planalto, o presidente Sarney não gostou da movimentação em frente ao Palácio e pediu que as pessoas fossem retiradas da área. O governo do Distrito Fe-

deral proíbe qualquer manifestação na Praça dos Três Poderes, mas mesmo assim o grupo permaneceu por mais de uma hora sem que nenhuma autoridade policial tentasse tirá-lo dali. Estavam presentes à manifestação moradores de favelas dos mais distantes estados: Rondônia, Mato Grosso, São Paulo, Rio de Janeiro e Maranhão, além dos moradores de várias cidades-satélites do Distrito Federal. Todos chegaram a Brasília em ônibus fretados pelo Conselho Nacional de Associação de Moradores.

"Este público elitista está mais para assistir a uma peça de ópera do que para uma sessão constituinte". O irônico comentário foi do vice-líder do PT, deputado José Genoíno, ao constatar a ausência de populares nas galerias, literalmente tomadas por diplomatas, assessores ministeriais, familiares de parlamentares e funcionários do Congresso. O silêncio, a apatia e a imparcialidade da "seleta" galeria somente foram quebrados com a aprovação da emenda presidencialista.



cação de embaixadas, dentre as quais, dos Estados Unidos, Canadá, México e Venezuela.

Liberações

Em contrapartida, o deputado Tadeu França (PMDB-PR) "forçou a barra" e liberou a entrada de 30 professores de Londrina (PR), sem apresentar aos seguranças qualquer documento da Mesa ou do corregedor. Mais coerente foi a cantora Fafá de Belém, que pediu senha ao deputado Heráclito Fortes (PMDB-PI), para apoiar a proposta parlamentarista com cinco anos. Já o líder do PV, Fernando Gabeira, recebeu senha da liderança do PT, apesar de ser favorável às eleições gerais, com parlamentarismo e quatro anos.

Os ministros Aluizio Alves e Almir Pazzianotto, respectivamente da Administração e do Trabalho, dispensaram a tribuna de honra, nas galerias, e assistiram à votação na área destinada aos assessores parlamentares. Negando qualquer pressão direta às suas bancadas, os ministros justificavam a presença como mera "curiosidade patriótica".

O único incidente registrado nas galerias foi a agressão sofrida pelo repórter fotográfico Luciano Andrade, do *Jornal do Brasil*, pelo segurança conhecido por "Índio", que chegou a ameaçar o jornalista com um revólver. O incidente foi contornado pelo chefe de segurança, Fernando Paulucci, e pelo diretor da sucursal do JB, Etevaldo Dias.

Os discursos

Presidencialismo

Argumentos fracos, apesar da vitória

Ansiedade do povo por eleições diretas foi a defesa mais utilizada. Outro, foi a tradição presidencialista no País.

A "ansiedade do povo brasileiro por eleições diretas para o Presidente da República" foi o principal argumento utilizado pelo senador Humberto Lucena (PMDB-PB) foto e pelos deputados Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) e Vladimir Palmeira (PT-RJ), que subiram a tribuna da Constituinte para defender a manutenção do sistema presidencialista. Em discursos considerados fracos, os quatro afirmaram que a adoção do parlamentarismo "representaria um retrocesso, uma vez que o regime é caracteristicamente autoritário".

O senador Humberto Lucena, autor da emenda aprovada, foi o primeiro a defender o presidencialismo, rechaçando a tese utilizada pelo parlamentaristas de que esse regime seria o responsável pelas crises institucionais vividas pelo País desde a proclamação da República. O presidente do Senado Federal apontou em seu discurso os avanços sociais "provocados pelos presidencialismo, principalmente nos governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. "Getúlio garantiu o monopólio do petróleo e as leis trabalhistas que existem até hoje. JK iniciou o processo de industrialização, principalmente, automobilística, que resultou no sindicalismo forte que existe no ABC paulista".



O senador paraibano sustentou também a "incoerência do parlamentarismo" do texto da Comissão de Sistematização que "será adotado na esfera federal sendo que estados continuarão com a estrutura presidencialista". Lembrou que votou em 1961 pelo parlamentarismo para defender "a legalidade do presidente João Goulart, que foi legitimamente eleito pelo povo, que tem o direito, agora, de buscar o caminho da democratização".

Falando de improviso, o vice-líder do PDT, Vivaldo Barbosa, afirmou que os regimes autoritários de 1937 e 1964 queriam acabar com eleições diretas, como agora estão tentando os parlamentaristas". O deputado Wladimir Palmeira subiu à tribuna para explicar que o PT era presidencialista "por levar em conta a tradição do povo brasileiro, que quer eleger o seu chefe de governo ainda este ano". Respondendo a alguns constituintes parlamentaristas que acusavam o PT e PDT de estarem "traíndo o povo", Palmeira convocou toda a assembleia para deliberar "com responsabilidade sobre reforma agrária, saúde e educação e, principalmente, resolver a fome, pois é isso que interessa ao povo brasileiro, que tanto é citado pelos parlamentaristas interessados apenas em dar um novo golpe".

Parlamentarismo

Arinos experimenta primeira derrota

Para o relator, há o risco de se implantar no País ditaduras como as existentes hoje no Chile e no Paraguai

Apesar de terem como último orador o senador Afonso Arinos (PFL-RJ) — que até ontem não tinha visto a derrota de qualquer emenda defendida por ele na tribuna — os parlamentaristas não conseguiram encontrar o apoio no plenário da Constituinte. Nervosos, como os oradores presidencialistas, os senadores José Fogaça (PMDB-RS), Nelson Carneiro (PMDB-RJ) e Luís Viana Filho (PMDB-BA) se detiveram em responder as críticas dos opositores, não se lembrando de expor a diferença entre um sistema e outro.

O único a fazer esse tipo de sustentação foi o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), que lamentou a troca de ofensas entre os presidencialistas e parlamentaristas. "Ofenderam o senador Luís Viana dizendo que ele fez parte dos governos militares. Sou parlamentarista e nem por isso agrido o senador Jarbas Passarinho, que hoje é meu amigo, mas assinou a minha cassação em 1964".

Sob vaias e protestos gerais o relator lembrou que tinha como obrigação "alertar o plenário que a aprovação da emenda Humberto Lucena permite que tenhamos aqui um regime como o das duas maiores ditaduras disfarçadas: a do Chile e a do Paraguai". Ele explicou que a emenda "cria medidas programadas que anulam a atuação do Senado Federal e cria problema para as regiões: Norte, Nordeste e



Centro-Oeste". Essa emenda levará a cova rasa os anseios do povo brasileiro".

Oportunismo

O senador Nelson Carneiro, segundo orador parlamentarista, contestou os argumentos utilizados pelo senador Humberto Lucena — governos Getúlio e JK — para a defesa do presidencialismo. Nelson Carneiro rebateu as críticas de oportunismo do regime parlamentarista, argumentando que em 1961 não tivemos Urutus na rua porque o parlamento reagiu. Logo que voltamos ao presidencialismo tivemos que conviver por vinte anos com os tanques de guerra".

O tumulto no plenário não permitiu que o senador Afonso Arinos conseguisse defender o parlamentarismo, apontado por ele "como a luz do entardecer, que clareia a mente e ilumina os caminhos". Arinos, que desde o início do discurso apelou para o fim do confronto, disse que "essa 'guerra' foi provocada pelas pessoas que não conseguem entender nossa proposta". Tanto Arinos quanto o senador Nelson Carneiro apelaram ao plenário para que suas ponderações fossem levadas em conta. "Somos os parlamentares mais velhos da Casa. Nossa mensagem não servirá para nós e sim para vocês, que são os jovens de amanhã", afirmou Nelson Carneiro que foi aplaudido de pé por presidencialistas e parlamentaristas.